

ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS

**EVIDENCIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL PELAS EMPRESAS DO SETOR
DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA BOLSA DE VALORES,
MERCADORIAS E FUTUROS – BM&FBOVESPA**

AUTORES

GEOVANNE DIAS DE MOURA

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

gdmoura@al.furb.br

ODIR LUIZ FANK

Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

ofank@al.furb.br

PATRÍCIA SIQUEIRA VARELA

Universidade Regional de Blumenau - FURB

psvarela@usp.br

RESUMO

O artigo teve como objetivo principal verificar quais itens compõem os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial das empresas de energia elétrica participantes do Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa no período de 2006 a 2008. Para isso, foram analisados os balanços patrimoniais, relatórios da administração e notas explicativas utilizando-se de pesquisa documental e análise de conteúdo. Para coleta e tratamento dos dados, utilizou-se a técnica da análise temática ou categorial para identificar e reagrupar os intangíveis de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998) que os divide em competência dos funcionários, estrutura interna e externa. A pesquisa classifica-se ainda, como exploratória, descritiva e qualitativa. Os resultados indicaram aumento no número de empresas que evidenciaram o item ativo intangível, assim como os percentuais de participação deste ativo em relação ao ativo permanente ocasionado por reclassificações e novos investimentos. Além disso, a evidenciação de forma narrativa e monetária do ativo intangível também aumentou. Os sistemas de informações (internos) e contratos de concessão (externos) foram os itens divulgados pelo maior número de empresas. Enfim, o padrão de evidenciação das empresas de energia elétrica sobre o ativo intangível foi melhorado, proporcionando maior confiabilidade para a tomada de decisão.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis. Evidenciação. Empresas de Energia Elétrica.

ABSTRACT

The main aim of this article was to ascertain which items compose the intangible assets disclosed in the balance sheet of energy companies participating in Level 1, Level 2, and New Market of *BM&FBovespa* (*São Paulo* Stock Market) from 2006 to 2008. To do so, balance sheets, administration reports and explanatory notes were analyzed, with the use of documental research and content analysis. The technique of theme or category analysis was used for collection and treatment of data, so that intangibles could be identified and re-grouped according to the classification proposed by Sveiby (1998), who divides them into staff competence, internal and external structure. The research also ranks as exploratory, descriptive and qualitative. The results showed an increase in the quantity of companies that disclosed the item intangible assets, as well as the percentage of participation of this asset in

relation to the fixed asset caused by reclassifications and new investments. Moreover, disclosure of intangible assets in narrative and monetary form also increased. The information systems (internal) and concession contracts (external) were the items disclosed by the highest number of enterprises. Finally, the pattern of disclosure of energy companies on intangible assets was improved, providing greater reliability for decision making.

Key words: Intangible Assets. Disclosure. Electric Power Companies

1 INTRODUÇÃO

Por estarem inseridas num ambiente altamente competitivo, caracterizado por uma sociedade influenciada pela era do conhecimento, as empresas estão em busca de mecanismos eficazes de administração da informação, buscando bases confiáveis para a tomada de decisão. Segundo Fleury e Fleury (1997), o conhecimento pode ser desenvolvido internamente na empresa ou por relações de parceria com outras empresas, universidades ou instituições externas à organização.

Nesse contexto, cresce a importância da administração do conhecimento, o qual pode ser entendido como o processo de identificar, desenvolver, disseminar e atualizar o conhecimento estrategicamente relevante para a empresa, seja por meio de esforços internos à empresa, seja por meio de processos que extrapolem suas fronteiras.

Conforme Santiago Júnior e Santiago (2007), as informações e conhecimentos que compõem a empresa são fundamentais para o planejamento e o desenvolvimento de suas atividades e para a avaliação dos seus objetivos e indicadores. Ainda conforme os mesmos autores, o conhecimento necessário para a empresa se manter competitiva já está disponível, mas, muitas vezes, inacessível, por não estar adequadamente organizado.

Fleury e Fleury (1997) explicam que a aprendizagem é um processo de mudança, resultante da prática e da experiência anterior, que pode vir ou não a manifestar-se em uma modificação significativa de comportamento. Nonaka e Takeuchi (1997, p. 24) afirmam que “[...] o conhecimento individual está baseado no conjunto de crenças. Ainda segundo Nonaka e Takeuchi (1997), é importante destacar que o conhecimento e seu aprendizado não são inerentes ao ser individual.

Para Edvinsson e Malone (1998, p. 40), “[...] é a posse de conhecimento, experiência aplicada, tecnologia organizacional, relacionamentos com clientes e habilidades profissionais que proporcionam à empresa uma vantagem competitiva no mercado”. Para os autores, esses ativos, de natureza intangível, precisam ser eficazmente gerenciados para proporcionar benefícios futuros e possibilitar a continuidade do negócio. Para que o processo de gerenciamento se desenvolva com eficiência, considera-se que esses recursos devam ser identificados, mensurados, reconhecidos contabilmente e divulgados (EDVINSSON; MALONE, 1998).

Afinal, esses recursos intelectuais são fundamentais para as organizações, e para a sociedade de maneira geral, que cada vez mais se tornam dependentes desses recursos que juntamente com as tecnologias disponíveis, geram benefícios intangíveis denominados por capital intelectual (QUINN, 1992; BROOKING, 1996; NONAKA e TAKEUCHI; 1997, STEWART, 1998; SVEIBY 1998).

Verifica-se na literatura; conforme Crawford (1994), Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1998), Sveiby (1998), Caddy (2002); outras definições para esses recursos, tais como ativos intangíveis, recursos intangíveis e ativos intelectuais. O ponto em comum é que todos os autores têm o mesmo pensamento em relação à importância e essencialidade destes itens para a entidade.

Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa é verificar quais itens compõem os ativos intangíveis mensurados monetariamente no balanço patrimonial das companhias de energia elétrica participantes do Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa com base na análise de conteúdo dos relatórios da administração e notas explicativas do período de 2006 a 2008. Os objetivos específicos podem ser assim enunciados: a) analisar quantas empresas evidenciaram o grupo ativo intangível no balanço patrimonial, b) analisar, em percentual, quanto que o ativo intangível representava do ativo permanente total de cada empresa, c) identificar de quais nível de governança corporativa são as empresas que apresentaram maior percentual de ativos intangíveis, d) analisar se os ativos intangíveis são

descritos e mensurados monetariamente nos relatórios anuais de administração e notas explicativas.

A relevância de se estudar a evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas de energia elétrica se justifica pela representatividade do setor na economia e por alguns motivos citados por Moutisen, Bukh e Marr (2005), entre eles: a) a omissão das informações sobre capital intelectual pode prejudicar os acionistas minoritários, b) o acesso a informações privilegiadas pelos gestores podem beneficiá-los; c) a liquidez do mercado de ações e o aumento pela busca de ações de empresas que evidenciam de forma voluntária informações desses intangíveis; d) o perigo da geração de informações incorretas para os investidores, no caso de não divulgar o capital intelectual; e e) o aumento no custo de capital, em decorrência de um maior grau de risco imputado às empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compor a presente fundamentação, optou-se em organizá-la em três partes. A primeira parte aborda os conceitos de capital intelectual encontrados na literatura. A segunda aborda a composição do capital intelectual segundo Edvinsson e Malone (1998), Brooking (1996), Stewart (1998), Sveiby (1998). Por fim, a terceira parte relata sobre a evidenciação do capital intelectual.

2.1 Conceitos de Capital Intelectual

Para Edvinsson e Malone (1998, p. 40), “[...] o capital intelectual é a posse de conhecimento, experiência aplicada, tecnologia organizacional, relacionamentos com clientes e habilidades profissionais que proporcionam à empresa uma vantagem competitiva no mercado”. Os autores explicam o que é o capital intelectual por meio de uma metáfora, comparando a empresa a uma árvore. A parte visível constituída por tronco, galhos e folhas representa o que é descrito em organogramas, relatórios anuais, demonstrações financeiras e outros documentos. Já as raízes, parte invisível, compõem o capital intelectual formado por fatores dinâmicos que embasam a empresa visível.

Klein e Prusak (1994) abordam o capital intelectual como sendo o material intelectual que foi formalizado, capturado e alavancado a fim de produzir um ativo de maior valor. Assim, esse material torna-se capital ao ser capturado, descrito e compartilhado para ser desenvolvido e utilizado em benefício da criação de valor para a empresa, sempre alinhado com seus objetivos estratégicos.

Quinn (1992) menciona que os ativos intelectuais são mais importantes na obtenção de resultados do que os ativos tangíveis e que, aproximadamente, 75% do valor agregado de um determinado produto é proveniente do conhecimento embutido a ele durante seu processo de fabricação.

Para Stewart (2001), o capital intelectual é o ativo do conhecimento, competências, *know-how* e outros itens utilizados pelas empresas para criação de riquezas. Ainda segundo o autor, os profissionais de contabilidade criam quantidade excessiva de regras para que os ativos e passivos sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, inclusive quanto ao capital intelectual que deveria ser considerado como algo que transforma a matéria-prima em algo mais valioso, mas os meios tradicionais de reconhecimento quase não os contemplam.

O capital intelectual, como qualquer ativo, necessita de gestão para que se atendam os objetivos da empresa. Para Stewart (2001), há quatro passos que possuem grande importância para que o gerenciamento do capital intelectual possa ser realizado:

- a) identificar e avaliar o papel do conhecimento no negócio, elaborando questões como: Quem paga por aquilo que é considerado conhecimento? Quem realiza esse pagamento? Quanto é desembolsado? Será que quem detiver o conhecimento também criará mais valor?

- b) Quais são os conhecimentos, capacidades, marcas, propriedades intelectuais, os processos e outros ativos intelectuais que criam valor para a empresa? Qual é o *mix* entre capital humano, capital estrutural e de clientes?
- c) Desenvolver uma estratégia de investimento em ativos intelectuais. Verificar quais estratégias existem para aumentar a intensidade de conhecimento de seu negócio e de que maneira pode ser aumentada a capacidade de alavancar os ativos intelectuais?
- d) Melhorar a eficiência do trabalho e conhecimento dos colaboradores, buscando aumentar o conhecimento da produtividade do trabalhador. (STEWART, 2001, p.77)

Conforme se percebe nas colocações dos autores acima, o capital intelectual é um conjunto de intangíveis como conhecimento, competências e experiências que são desenvolvidos e utilizados em benefício da criação de valor para a empresa com o objetivo de se obter vantagem competitiva.

2.2 Composição do Capital Intelectual

Para Edvinsson e Malone (1998) e Stewart (1998), o capital intelectual esta estruturado em três componentes básicos: capital humano, capital estrutural e capital de clientes. Conforme Edvinsson e Malone (1998), o capital humano inclui toda a capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individual dos empregados e gerentes, como também a capacidade de perceber o posicionamento de uma organização inteligente em um ambiente competitivo em mudança, incluindo a criatividade e a inovação organizacional. Seguindo nessa linha, Stewart (1998, p.68) ressalta a importância do capital humano afirmando que ele "[...] é a fonte de inovação e renovação [...]" dentro da empresa. Ainda para Stewart (1998), o capital humano é formado e empregado quando uma parte maior do tempo e do talento das pessoas que trabalham em uma empresa é dedicada às atividades que resultam em inovação. Como exemplos de capital humano, podem-se destacar: capacidade intelectual, competência, motivação e clima organizacional agradável.

Edvinsson e Malone (1998) descrevem o capital estrutural como o arcabouço, o *empowerment* e a infra-estrutura que dão apoio ao capital humano. Inclui fatores como a qualidade e o alcance dos sistemas informatizados, os bancos de dados exatos, os conceitos organizacionais e a documentação, além de itens tradicionais como as marcas, patentes, e direitos autorais. É a capacidade organizacional em transmitir e armazenar o conhecimento. Para Stewart (1998, p.69), capital estrutural "[...] é tudo aquilo que permite que o capital humano crie valor para a empresa".

Edvinsson e Malone (1998), com o objetivo de organizar o capital estrutural, o subdivide em três tipos: a) capital organizacional, que abrange os investimentos da empresa em sistemas, instrumentos e filosofia operacional, tornando o fluxo do conhecimento da organização mais rápido; b) capital de inovação, que incluiu os dois ativos tradicionais que não possuem natureza física: a propriedade intelectual e o saldo remanescente dos ativos intangíveis, como a filosofia com a qual a empresa é administrada; c) capital de processos é constituído por aqueles processos, técnicas e programas direcionados aos empregados, que aumentam e ampliam a eficiência da produção ou da prestação de serviços.

O capital de clientes, terceiro componente básico do capital intelectual na estrutura de Edvinsson e Malone (1998), abrange as relações com o ambiente externo, especialmente clientes e fornecedores. Conforme os autores, é no relacionamento com os clientes que o fluxo de caixa se inicia, sendo este um fator determinante para a formação do resultado e para a continuidade do negócio. Para Stewart (1998, p.127), esse componente remete ao “[...] valor adicionado para a empresa (potencial e efetivo) através de relações intangíveis de mercado, as quais também incluem os efeitos dos nomes das marcas e a sensibilidade dos clientes ao preço”. Stewart (1998) ainda menciona que o capital de clientes pode ser considerado como

uma derivação das habilidades do ser humano em se relacionar, de manter estratégias de inovação que permitam a satisfação do cliente e a sua lealdade à empresa.

Brooking (1996) divide o capital intelectual em quatro categorias: ativo de mercado, ativo humano, propriedade intelectual e infra-estrutura. O ativo de mercado é composto por marca da empresa, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento e canais de distribuição. O Ativo humano é composto por criatividade, conhecimento, *expertise*, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica. O ativo de propriedade intelectual é dividido em segredos industriais, patentes, *design*, *know-how*. E o ativo de infra-estrutura é composto por tecnologias, metodologias, cultura organizacional, sistema de informação, métodos gerenciais e banco de dados.

Sveiby (1998) propõe que o capital intelectual de uma organização seja classificado em três grupos: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa. A competência dos funcionários compreende toda a capacidade, o conhecimento, a habilidade e a experiência dos empregados e gerentes. A estrutura interna abrange o investimento em patentes, sistemas, instrumentos e filosofia operacional que servem para agilizar o fluxo de conhecimento pela organização, auxiliando na tomada de decisão. Já o valor da estrutura externa é determinado pelo grau de satisfação com que a empresa soluciona os problemas de seus clientes, tal valor está sempre vinculado a um elemento de incerteza.

A Figura 1 apresenta de forma condensada os componentes do capital intelectual, segundo os autores mencionados acima.

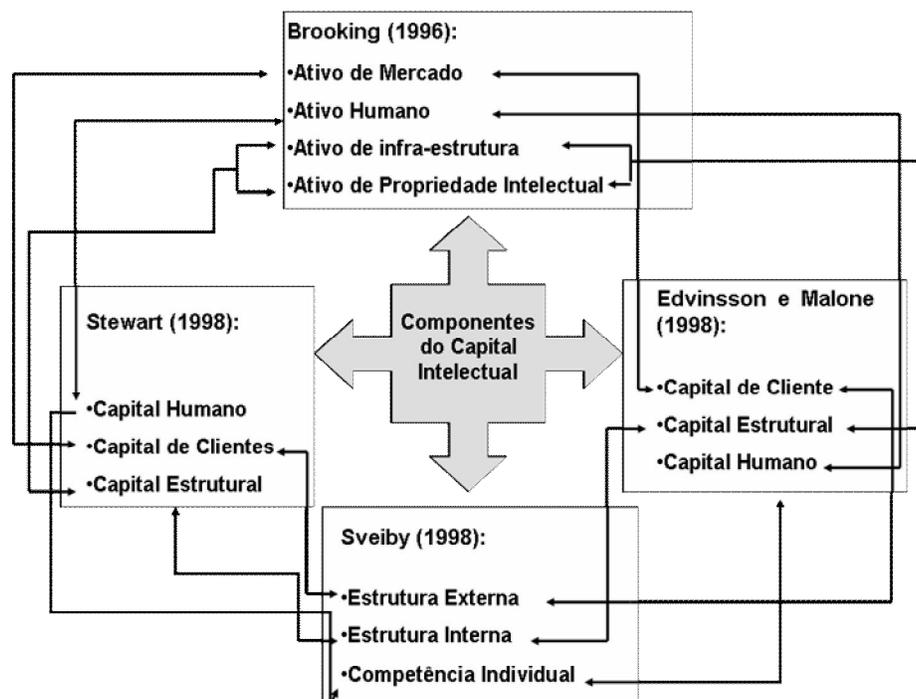


Figura 1 – Componentes do capital intelectual segundo os autores clássicos

Fonte: Nascimento, Ensslin, Gallon, Haidar (2008, p. 04).

Percebe-se que cada autor citado tem a sua forma de estruturação da composição do capital intelectual que, apesar de apresentarem nomes diferentes para as categorias e, no caso de Brooking (1996), número de categorias diferentes, convergem para o reconhecimento dos ativos intangíveis oriundos dos funcionários, da infra-estrutura interna e do relacionamento com elementos externos à empresa.

2.3 Evidenciação do Capital Intelectual

Compreender onde se insere a evidenciação ou *disclosure* dentro da contabilidade é muito importante, pois de acordo com Iudícibus (1997, p. 81), “[...] na verdade, o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”. O autor menciona que a evidenciação do capital intelectual pode ser uma alternativa para a contabilidade diminuir as falhas de informações sobre os recursos do conhecimento, principalmente no que se refere à demanda de informação externa por parte de acionistas e investidores. Esta mesma opinião é compartilhada por Backes (2005).

Para Piacentini (2004, p. 51), “[...] as evidências voluntárias são meios utilizados pelos investidores para analisar as estratégias e os fatores críticos de sucesso da companhia, tanto no ambiente em que as mesmas estão inseridas, como sob o aspecto competitivo do cenário econômico”. Por esse motivo, a evidenciação do capital intelectual pode ser considerada como parte integrante dos processos de criação de valor pela empresa.

A deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários 488/05, a alteração da legislação societária brasileira promovida pela lei Lei nº 11.638/07, a Medida Provisória nº 449/08 que se transformou na Lei nº 11.941/09, vieram com o intuito de colaborar para uma maior aferição dos elementos intangíveis das empresas, com a criação do subgrupo intangível dentro do grupo permanente no balanço patrimonial. Além disso, existe o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativos Intangíveis, cujo objetivo é definir os tratamentos contábeis destes tipos de ativos não abrangidos especificamente em outro pronunciamento e que será adotado no processo de convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais previsto para o exercício financeiro de 2010 para as empresas de capital aberto, instituições financeiras e seguradoras.

No entanto, até a aprovação destes regulamentos, a evidenciação voluntária do capital intelectual é que vinha exercendo o importante papel de possibilitar mais informações aos *stakeholders*. Essas evidências voluntárias eram realizadas por meio do relatório da administração, utilizado para divulgar dados sobre a situação da empresa para o público externo e alguns itens podiam também ser identificados em notas explicativas, mas enquanto componente de outros subgrupos de ativo, tal como o diferido.

Segundo um estudo feito pelo FASB- Financial Accounting Standards Board nos Estados Unidos *apud* Piacentini (2004, p. 53) descobriu-se que:

- 1 muitas companhias têm a iniciativa de fazer evidências voluntárias, frequentemente, uma grande quantidade de informações de negócios que aparecem pode ser utilizada como um meio de comunicação de informações para os investidores;
- 2 a evidenciação voluntária é importante, com exceção das informações que sinalizam tendências para o futuro, este fato se deve à velocidade das mudanças que ocorrem no ambiente dos negócios;
- 3 *disclosures* voluntários sobre assuntos que são importantes para sucessos individuais de companhias são muito úteis, particularmente *disclosures* de conceitos de gestão de companhias “fatores críticos de sucesso” e tendências que norteiam estes fatores;
- 4 dados adicionais sobre o valor dos intangíveis poderiam ser benéficos, em função da importância do valor dos intangíveis para as companhias;
- 5 embora muitas companhias estejam procurando munir-se de informações para o futuro, existem formas de melhorar, ampliando significativamente este aspecto;
- 6 evidências voluntárias não deveriam somente disseminar boas novas, mas também fatores negativos. *Disclosures* são muito úteis para relatar previamente planos, metas e os resultados atingidos nas reuniões das companhias;
- 7 os indicadores usados pelas companhias para gerenciar operações e dirigir negócios estratégicos são, freqüentemente, utilizados nas evidências voluntárias;

8 as companhias são encorajadas a continuar melhorando seus relatórios de negócios, a experimentar que tipos de informações devem ser evidenciadas e as formas que as informações devem ser evidenciadas. (tradução livre).

Pelas normas e práticas contábeis brasileiras, existem *disclosures* obrigatórios e voluntários quanto ao capital intelectual ou ativo intangível. O *disclosure* obrigatório segue normas restritivas como, por exemplo, o reconhecimento de ativos intangíveis pelo valor de aquisição. No entanto, as empresas buscam evidenciar de forma voluntária, seja para utilizar no gerenciamento interno, seja para demonstrar aos seus usuários externos, seus ativos intangíveis que auxiliam para um crescimento no mínimo sustentável da companhia. O *disclosure* de informações pode revelar o nível de transparência da empresa e pode funcionar como instrumento de *marketing*, pois, ao evidenciar os seus recursos e estratégias, ela está se revelando para os usuários, tornando-se aparentemente mais confiável.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois tem como objetivo principal verificar quais itens compõem os ativos intangíveis mensurados monetariamente no balanço patrimonial das companhias de energia elétrica participantes do Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa com base na análise de conteúdo dos relatórios da administração e notas explicativas do período de 2006 a 2008. Para Beuren (2004, p.81), “[...] a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda.” Para a autora, descrever significa identificar, relatar, entre outros aspectos.

Quanto à abordagem do problema, apresenta-se como uma pesquisa qualitativa. Para Beuren (2004, p.92) “[...] na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Segundo a autora, a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo.

O universo da pesquisa é composto por 63 companhias de energia elétrica que negociam suas ações na BMF&Bovespa e a amostra é composta pelas 14 empresas participantes dos níveis diferenciados de Governança Corporativa: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2. A coleta de dados foi realizada em meados de fevereiro de 2010 no *site* da BMF&Bovespa.

Para a coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa documental e a análise de conteúdo, esta última sendo definida por Martins e Theóphilo (2007, p. 95), como “[...] uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. Buscam-se inferências confiáveis de dados e informações com respeito à determinação do contexto, a partir dos discursos escritos ou orais de seus atores e/ou autores.”

Além disso, para coleta e tratamento dos dados utilizou-se a técnica da análise temática ou categorial que, de acordo com Bardin (2002), baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, buscaram-se os diferentes intangíveis descritos pelas companhias em seus relatórios, e posteriormente, realizou-se o seu reagrupamento de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998), na qual o autor classifica o capital intelectual em três grupos, a saber: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa. A competência dos funcionários compreende toda a capacidade, o conhecimento, a habilidade e a experiência dos empregados e gerentes. A estrutura interna abrange o investimento em patentes, sistemas, instrumentos e filosofia operacional que servem para agilizar o fluxo de conhecimento pela organização, auxiliando na tomada de decisão. Ainda conforme o autor, o valor da estrutura externa é determinado pelo grau de satisfação com que a empresa soluciona os problemas de seus clientes, tal valor está sempre vinculado a um elemento de incerteza.

Atentou-se para o relato de Bardin (2002) quando aponta, como pontos importantes, a inferência ou dedução e a interpretação. Na Tabela 1, são apresentadas as empresas que compõem a amostra.

Tabela 1- Empresas que compõem a amostra

Razão Social	Nível de G.C.
Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobrás	N1
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1
Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	N1
Cia Paranaense de Energia – Copel	N1
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2
Eletropaulo Metrop. Elétr. São Paulo S.A.	N2
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	N2
Cpfl Energia S.A.	NM
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM
Equatorial Energia S.A.	NM
Light S.A.	NM
Mpx Energia S.A.	NM
Tractebel Energia S.A.	NM

Fonte: Dados da pesquisa

A utilização dessas empresas para a pesquisa se justifica por participarem dos níveis de governança corporativa que são segmentos de listagem destinados à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação, ampliando os direitos dos acionistas, melhorando a qualidade das informações entre outros:

- 1 Nível 1: práticas diferenciadas de governança corporativa, que contemplam basicamente regras de transparência e dispersão acionária;
- 2 Nível 2: além das regras de transparência e dispersão acionária exigidas no Nível 1, contempla também as de equilíbrio de direitos entre acionistas controladores e minoritários.
- 3 Novo Mercado: conjunto ainda mais amplo de práticas de governança. A grande diferença do Novo Mercado para os Níveis é a proibição de emissão de ações preferenciais: no Novo Mercado, as empresas devem ter somente ações ordinárias. (BM&FBOVESPA, 2010).

A adesão a essas práticas de governança distingue a companhia como Nível 1, Nível 2 ou Novo Mercado dependendo do grau de compromisso assumido pela empresa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nos relatórios de administração e notas explicativas das empresas de energia elétrica, foram obtidas as informações apresentadas a seguir, sobre a evidenciação dos ativos intangíveis separadas nos seguintes tópicos: a) empresas que evidenciaram ativo intangível no balanço patrimonial; b) percentual do ativo intangível com relação ao total do ativo permanente de cada empresa no final dos exercícios de 2006 a 2008; c) forma de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios anuais de administração e notas explicativas; d) intangíveis evidenciados na amostra pesquisada entre 2006 e 2008.

Tabela 2 – Evidenciação dos Ativos Intangíveis no Balanço Patrimonial – Empresas de Energia Elétrica – período 2006 a 2008

Razão Social	Nível de G.C.	Evidenciação de ativos intangíveis no balanço patrimonial		
		2008	2007	2006
Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobrás	N1	Sim	Sim	Sim
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	Não	Não	Não
Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	N1	Sim	Sim	Sim
Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	Sim	Sim	Sim
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	Sim	Sim	Sim
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	Sim	Não	Não
Eletropaulo Metrop. Eletr. São Paulo S.A.	N2	Sim	Sim	Sim
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	N2	Sim	Sim	Sim
Cpfl Energia S.A.	NM	Sim	Sim	Não
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	Sim	Sim	Sim
Equatorial Energia S.A.	NM	Sim	Sim	Não
Light S.A.	NM	Sim	Sim	Sim
Mpx Energia S.A.	NM	Sim	Não	Não
Tractebel Energia S.A.	NM	Sim	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 2 indica quais empresas mensuraram, de forma monetária, ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais nos anos de 2006 a 2008. É possível verificar que no ano de 2006, das 14 empresas analisadas, 9 (64,29%) delas evidenciaram os ativos intangíveis no balanço patrimonial e 5 (35,71%) delas não. No ano de 2007 o número de empresas que apresentaram ativos intangíveis aumentou para 11 (78,57%) e no ano de 2008 o número elevou-se para 13 (92,86%) empresas, ou seja, uma única empresa (CESP-Cia Energética de São Paulo) não possuía ativos intangíveis mensurados de forma monetária em seu balanço patrimonial. Percebe-se que houve um aumento de 44,44%, de 2006 para 2008, no número de empresas que mensuraram ativos intangíveis. Também é interessante notar que, no ano de 2006 as empresas do Novo Mercado foram as que menos evidenciaram, no ano de 2007 houve uma equivalência entre os níveis e, no ano de 2008, a única empresa que não evidenciou estava classificada no Nível 1.

É importante destacar que, com a Deliberação CVM 488/05, a figura do ativo intangível passa a ser um componente obrigatório nos balanços patrimoniais das empresas de capital aberto. Portanto, foi investigado se as empresas não tinham ativos intangíveis ou se não estavam seguindo o que foi deliberado. Verificou-se que a Equatorial Energia S.A. e Cpfl Energia S.A. no ano de 2006 possuíam ativos intangíveis ainda evidenciados em outros grupos, tais como investimentos, e que, no ano de 2007, realizaram uma reclassificação para a conta de ativo intangível. A empresa Mpx Energia S.A. e Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A. fizeram investimentos que resultaram nos registros de ágil apenas no ano de 2008 e foram contabilizados diretamente na conta de ativos intangíveis e não relataram sobre outros intangíveis. A empresa Cesp - Cia Energética de São Paulo não realizou investimentos que resultassem em registro de ágil e também não foram identificados outros Intangíveis.

Tabela 3 – Participação do ativo intangível no ativo permanente – Empresas de energia elétrica – Final do Exercício 2006

Ranking	Razão Social	Nível de G.C.	Total ativo perm. 2006 (Reais mil)	Total ativo intang. 2006 (Reais mil)	Percentual ativo intang.
1	Light S.A.	NM	4.109.571	271.090	6,60

2	Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	N1	11.828.532	494.231	4,18
3	Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	5.480.853	159.674	2,91
4	Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	7.081.641	125.471	1,77
5	Transm. Aliança de Energia Elétrica S.A.	N2	2.110.802	32.329	1,53
6	Cteep - Cia Transm. Energ. Elétr. Paulista	N1	3.879.570	57.505	1,48
7	Eletropaulo Metrop. Eletr. São Paulo S.A.	N2	6.481.202	72.820	1,12
8	Tractebel Energia S.A.	NM	4.297.847	36.045	0,84
9	Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobás	N1	83.744.191	417.954	0,50
10	Cpfl Energia S.A.	NM	8.306.965	-	-
11	Equatorial Energia S.A.	NM	964.017	-	-
12	Mpx Energia S.A.	NM	17.505	-	-
13	Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	1.447.402	-	-
14	Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	17.562.756	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados da Tabela 3 apresentam, em percentuais, quanto que os ativos intangíveis das empresas analisadas representam dos ativos permanentes totais no ano de 2006. Em primeiro lugar, destaca-se no *ranking* a empresa Light S.A cujo ativo intangível representava 6,60% do ativo permanente total. Em seguida, merecem destaque a empresa Cia Energética de Minas Gerais - Cemig (4,18%) e a empresa EDP Energias do Brasil S/A (2,91%). Das 14 empresas, 5 não possuíam ativos intangíveis mensurados monetariamente no balanço patrimonial e 2 apresentaram percentuais inferiores a 1%, são elas, a empresa Tractebel Energia S.A. (0,84%) e a empresa Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobás. Cabe destacar que, entre as empresas que possuem ativos intangíveis, as participantes do Novo Mercado são as que apresentaram maiores percentuais.

Tabela 4 – Participação do ativo intangível no ativo permanente – Empresas de energia elétrica – Final do Exercício 2007

Ranking	Razão Social	Nível de G.C.	Total ativo perm. 2007 (Reais mil)	Total ativo intang. 2007 (Reais mil)	Percentual ativo intang.
1	Cpfl Energia S.A.	NM	8.964.378	2.855.925	31,86
2	Equatorial Energia S.A.	NM	1.109.030	278.684	25,13
3	Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	5.712.776	625.605	10,95
4	Light S.A.	NM	4.353.931	280.958	6,45
5	Cia Energética de M.G. – Cemig	N1	12.056.671	531.724	4,41
6	Eletropaulo Metrop. Elétr. S.P. S.A.	N2	6.673.725	215.893	3,23
7	Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	7.207.000	116.491	1,62
8	Tractebel Energia S.A.	NM	4.834.193	72.081	1,49
9	Cteep - Cia Trans. Energ. Eletr. Paulista	N1	4.140.004	57.600	1,39
10	Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobás	N1	80.977.553	474.485	0,59
11	Transm. Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	2.319.851	4.976	0,21
12	Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	1.828.054	-	-
13	Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	17.399.055	-	-
14	Mpx Energia S.A.	NM	204.472	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 4, estão as informações, em percentuais, da relação entre ativos intangíveis e ativos permanentes referentes ao final do exercício de 2007. Nesse ano, destacou-se a empresa CPFL Energia S.A. que apresentou em seu balanço patrimonial o expressivo valor de R\$ 2.855.825,00 em ativos intangíveis que representavam 31,86% do ativo permanente total e classificou-se em primeiro lugar no *ranking*. Também merecem destaque a empresa Equatorial Energia S.A. (25,13%) e a empresa EDP Energias do Brasil S.A.. Esta manteve-se

em terceiro lugar no *ranking*, mas evidenciou um grande aumento no ativo intangível que, em 2007, passou a representar 10,95% do ativo permanente total.

Das 14 empresas, 2 apresentaram percentuais de ativo intangível inferiores a 1%, são elas: Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobrás (0,59%) e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (0,21%). Já a CESP - Cia Energética de São Paulo, Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A. e Mpx Energia S.A. não apresentaram ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais. Cabe destacar que, em 2007, as empresas do Novo Mercado foram as que apresentaram maiores percentuais de ativo intangível em relação ao ativo permanente total.

Nota-se um grande aumento dos percentuais em 2007, tal fato ocorre por que em 2006 as empresas passaram a apresentar o balanço patrimonial sob a nova estrutura e algumas empresas como a Equatorial Energia S.A. e Cpfl Energia S.A. possuíam ativos intangíveis ainda evidenciados em outros grupos, tais como investimentos. Contribuiu também para o aumento dos percentuais novos investimentos realizados em ativos intangíveis.

Tabela 5 – Participação do ativo intangível no ativo permanente – Empresas de energia elétrica – Final do Exercício 2008

Ranking	Razão Social	Nível de G.C.	Total ativo perm. 2008 (Reais mil)	Total ativo intang. 2008 (Reais mil)	Percentual ativo intang.
1	Cpfl Energia S.A.	NM	9.438.617	2.700.136	28,61
2	Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	7.394.443	1.318.505	17,83
3	Equatorial Energia S.A.	NM	2.490.229	364.905	14,65
4	Centrais Elétr. De Santa Catarina S.A.	N2	1.968.415	125.298	6,37
5	Light S.A.	NM	4.621.083	281.608	6,09
6	Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	N1	12.707.950	604.437	4,76
7	Eletropaulo Metrop. Elétr. S.P. S.A.	N2	6.689.524	256.929	3,84
8	Tractebel Energia S.A.	NM	6.795.790	126.715	1,86
9	Cteep - Cia Trans. Energ. Eletr. Paulista	N1	4.309.881	75.267	1,75
10	Mpx Energia S.A.	NM	1.245.597	21.111	1,69
11	Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	7.562.732	118.119	1,56
12	Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobrás	N1	86.535.350	375.811	0,43
13	Transm. Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	2.809.645	3.439	0,12
14	Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	14.636.692	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados da Tabela 5 apresentam em percentuais, quanto que os ativos intangíveis das empresas analisadas representavam dos seus ativos permanentes totais no final do exercício de 2008. Destaca-se novamente, em 2008, a empresa CPFL Energia S.A., permanecendo em primeiro lugar no *ranking* com um ativo intangível de 28,61% do ativo permanente total. A empresa EDP Energias do Brasil S.A. passou a ocupar o segundo lugar, pois apresentou um significativo aumento de seus intangíveis que passaram a representar 17,83% e a empresa Equatorial Energia S.A. caiu para a terceira posição com um percentual de 14,65%.

Das 14 empresas, 2 apresentaram percentuais de ativo intangível inferiores a 1%: Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobrás (0,43%) e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (0,12%). A CESP - Cia Energética de São Paulo não apresentou ativos intangíveis em seu balanço patrimonial. Cabe destacar que, no final do exercício de 2008, novamente, as empresas do Novo Mercado são as que apresentaram maiores percentuais de ativo intangível em relação ao ativo permanente total. Talvez, este resultado possa estar relacionado ao fato de as empresas constantes no Novo Mercado estarem sujeitas a um conjunto ainda mais amplo de práticas de governança do que no Nível 1 e Nível 2.

Tabela 6 – Forma de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios anuais de administração e notas explicativas – Empresas de energia elétrica – Exercício de 2006

Razão Social	Nível de G.C.	Forma de evidenciação do ativo intangível	
		Narrativa	Valorizada
Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobás	N1	Sim	Sim
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	Não	Não
Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	N1	Sim	Sim
Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	Sim	Sim
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	Sim	Não
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	Não	Não
Eletropaulo Metrop. Eletr. São Paulo S.A.	N2	Sim	Sim
Transmissora Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	Sim	Sim
Cpfl Energia S.A.	NM	Não	Não
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	Sim	Sim
Equatorial Energia S.A.	NM	Não	Não
Light S.A.	NM	Sim	Sim
Mpx Energia S.A.	NM	Não	Não
Tractebel Energia S.A.	NM	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

Buscou-se, nos relatórios anuais de administração e nas notas explicativas referentes ao exercício de 2006, verificar se as empresas evidenciaram de forma narrativa e/ou em valores monetários os itens que compunham o ativo intangível do balanço patrimonial. A Tabela 6 sinaliza que, das 14 empresas, 9 apresentaram ativos intangíveis no balanço patrimonial, conforme descrito na Tabela 2, e indicaram de forma narrativa quais itens que compunham o ativo intangível. Percebe-se, também, que uma das empresas (Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista) descreve de forma narrativa, mas não atribui valores a cada item referenciado.

Tabela 7 – Forma de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios anuais de administração e notas explicativas – Empresas de energia elétrica – Exercício de 2007

Razão Social	Nível de G.C.	Forma de evidenciação do ativo intangível	
		Narrativa	Valorizada
Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobás	N1	Sim	Sim
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	Não	Não
Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	N1	Sim	Sim
Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	Sim	Sim
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	Sim	Não
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	Não	Não
Eletropaulo Metrop. Eletr. São Paulo S.A.	N2	Sim	Sim
Transmissora Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	Sim	Sim
Cpfl Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	Sim	Sim
Equatorial Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Light S.A.	NM	Sim	Sim
Mpx Energia S.A.	NM	Não	Não
Tractebel Energia S.A.	NM	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 7 apresenta os resultados obtidos sobre a forma de evidenciação dos ativos intangíveis referente ao final do exercício de 2007, indicando novamente que, das 14

empresas, as 11 empresas que apresentaram ativos intangíveis no balanço patrimonial, conforme descrito na Tabela 2, indicaram de forma narrativa quais itens que compunham o ativo intangível. Percebe-se, novamente, que apenas a empresa Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista descreve de forma narrativa, mas não atribui valores a cada item referenciado.

Tabela 8 – Forma de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios anuais de administração e notas explicativas – Empresas de energia elétrica – Exercício de 2008

Razão Social	Nível de G.C.	Forma de evidenciação do ativo intangível	
		Narrativa	Valorizada
Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobás	N1	Sim	Sim
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	Não	Não
Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	N1	Sim	Sim
Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	Sim	Sim
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	Sim	Não
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	Sim	Sim
Eletropaulo Metrop. Elétr. São Paulo S.A.	N2	Sim	Sim
Transmissora Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	Sim	Sim
Cpfl Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	Sim	Sim
Equatorial Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Light S.A.	NM	Sim	Sim
Mpx Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Tractebel Energia S.A.	NM	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 8, demonstram-se os resultados obtidos da análise sobre a forma de evidenciação para o exercício findo em 2008. Novamente, das 14 empresas, as 13 empresas que mensuram monetariamente ativos intangíveis no balanço, conforme descrito na Tabela 2, indicaram de forma narrativa quais itens que compunham o ativo intangível. Novamente, permaneceu apenas a empresa Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista com descrição narrativa, mas sem atribuição de valores a cada item referenciado.

Com exceção da Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista, todas as empresas divulgaram de forma narrativa informações sobre os recursos intangíveis, fortalecendo os objetivos da contabilidade de garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.

Tabela 9 – Tipos de ativos intangíveis evidenciados – Empresas de energia elétrica - Período 2006 a 2008

Intangíveis evidenciados na amostra pesquisada	Total de empresas	Empresas que evidenciaram ativos intangíveis					
		2006		2007		2008	
		Número	Percentual	Número	Percentual	Número	Percentual
Capital Interno							
Patentes	14	1	7,14	2	14,29	3	21,43
Direitos autorais	14	2	14,29	2	14,29	2	14,29
Recursos de infra-estrutura	14	2	14,29	3	21,43	6	42,86
Sistemas de informações	14	7	50,00	9	64,29	10	71,43
Capital Externo							
Marcas	14	4	28,57	6	42,86	6	42,86
Contratos de Concessão	14	7	50,00	8	57,14	9	64,29
Ágio sobre investimentos	14	6	42,86	6	42,86	6	42,86
Competências							

funcionários						
<i>Know-how</i>	14	2	14,29	3	21,43	4 28,57

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 9 apresenta os itens do ativo intangível evidenciados no balanço patrimonial que foram citados de forma narrativa e mensurados individualmente nos relatórios anuais de administração e nas notas explicativas das empresas analisadas referentes ao período de 2006 a 2008. Seguindo a classificação de Sveiby (1998) em três grupos (estrutura interna, estrutura externa e competência dos funcionários), os resultados indicaram que as empresas sob análise possuem uma estrutura intangível interna composta por patentes, direitos autorais, recursos de infra-estrutura e sistemas de informação. Uma estrutura externa composta por marcas, contratos de concessão e ágil sobre investimentos. Como competência dos funcionários identificou-se o *know-how*.

Dentre os intangíveis evidenciados destacam-se os sistemas de informações, que no ano de 2006 foram mensurados por 7 (50%) das 14 empresas e no ano de 2008 foram mensurados por 10 (71,43%) das 14. Destacam-se também os contratos de concessão que, em 2006 foram evidenciados por 7 (50%) empresas e no ano de 2008 por 9 (64,29%) das 14. Ágio sobre investimentos, marcas e recursos de infra-estrutura foram evidenciados monetariamente pelo mesmo número de empresas (6), porém os recursos de infra-estrutura foram os que mais evoluíram de 2006 para 2008, pois em 2006 eram mensurados por apenas 2 (14,29) das 14 empresas. E, em menores percentuais têm-se *know-how*, patentes e direitos autorais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal investigar quais itens compunham os ativos intangíveis mensurados monetariamente no balanço patrimonial das companhias de energia elétrica participantes do Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa com base na análise de conteúdo dos relatórios da administração e notas explicativas referentes ao período de 2006 a 2008.

No que tange a quantidade de empresas que evidenciaram os ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais, verificou-se que, no ano de 2006, das 14 empresas analisadas, 9 (64,29%) delas apresentaram esta informação. No ano de 2007, foram 11 (78,57%) delas e, no ano de 2008, o número elevou-se para 13 (92,86%). Percebe-se que houve um aumento de 44,44% no número de empresas que evidenciaram o ativo intangível no balanço patrimonial de 2006 para 2008. Vale lembrar que, em 2006, passou a vigorar a deliberação da CVM que reestruturou o balanço patrimonial, com o subgrupo ativo intangível compondo o ativo permanente.

Pela análise da participação do ativo intangível no ativo permanente, observou-se um aumento considerável nos percentuais de participação, isso porque, mesmo com a nova estrutura do balanço patrimonial em vigor, algumas empresas, como a Equatorial Energia S.A. e Cpfl Energia S.A., possuíam ativos intangíveis ainda evidenciados em outros grupos ou subgrupos do balanço patrimonial, tais como investimentos. Contribuiu também para o aumento do percentual novos investimentos realizados em ativos intangíveis.

Quanto ao percentual de participação, destacou-se, no ano de 2006, em primeiro lugar no *ranking* a empresa Light S.A com um percentual de 6,60% do ativo permanente total. No ano de 2007, a empresa CPFL Energia S.A. apresentou 31,86% do seu ativo permanente composto por ativos intangíveis, ocupando a primeira posição. Já em 2008, novamente a empresa CPFL Energia S.A. permaneceu em primeiro lugar no *ranking* com um ativo intangível que representava 28,61% do ativo permanente total. Os maiores percentuais foram apresentados pelas empresas do Novo Mercado, o que pode estar relacionado com o fato de estarem sujeitas a um conjunto mais amplo de práticas de governança.

Com base nos relatórios anuais de administração e nas notas explicativas do período de 2006 a 2008, buscou-se verificar se as empresas evidenciavam de forma narrativa e em termos monetários os itens que compunham o ativo intangível do balanço patrimonial. Os resultados demonstraram que, das 14 empresas, 71,43% descreveram de forma narrativa a composição do ativo intangível. No ano de 2007, houve um aumento para 78,57% e, no ano de 2008, houve novamente um aumento para 92,86%. Apenas uma empresa indicou a composição do ativo intangível de forma narrativa, mas não em termos monetários. No período, ocorreu um aumento no nível de evidenciação sobre os recursos intangíveis, fortalecendo os objetivos da contabilidade de garantir informações diferenciadas para os usuários para o processo de tomada de decisão, reduzindo a assimetria de informações entre usuários internos e externos, principalmente acionistas e investidores.

Utilizou-se a classificação do capital intelectual de Sveiby (1998), em três grupos: estrutura interna, estrutura externa e competência dos funcionários, e os resultados indicaram que as empresas sob análise apresentaram uma estrutura intangível interna composta, por patentes, direitos autorais, recursos de infra-estrutura e sistemas de informação; na estrutura externa, os ativos intangíveis eram marcas, contratos de concessão e ágil sobre investimentos; e, como competência dos funcionários, destacou-se o *know-how*.

Pela análise de demonstrações contábeis das empresas da amostra, observou-se que as mesmas buscam ofertar o serviço de utilidade pública satisfatoriamente com o intuito de permanecerem no mercado e, ao mesmo tempo, aumentarem o seu valor. O que corrobora a idéia de Klein e Prusak (1994) que o capital intelectual é formalizado, capturado e alavancado a fim de produzir um ativo de maior valor.

Enfim, com as mudanças introduzidas nas normas e práticas contábeis rumo à convergência para os padrões internacionais de contabilidade, percebe-se mudanças significativas na evidenciação dos ativos intangíveis ou capital intelectual das empresas de energia elétrica participantes de um dos níveis de governança corporativa, proporcionando bases mais confiáveis para a tomada de decisões pelos usuários.

Para pesquisas futuras, sugere-se acompanhar as escolhas contábeis quanto à evidenciação do capital intelectual, buscando identificar os impactos da adoção das normas internacionais, não somente para as empresas do setor de energia elétrica, mas também para outros setores, inclusive com estudos comparativos entre setores.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. T. P. A Controladoria e o Capital Intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão. **Revista Contabilidade e Finanças**. – USP. São Paulo, n. 41, p. 21-37, 05-08/2006.
- _____. **A influência dos investimentos em capital intelectual no desempenho das empresas**: um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- BACKES, R. G. **Evidenciação do capital intelectual**: análise de conteúdo dos relatórios de administração de companhias abertas brasileiras. São Leopoldo, 2005. Dissertação (Mestrado) – UNISINOS.
- BACKES, R. G.; WIETHAEUPER, D.; OTT, E. A evidenciação do capital intelectual por companhias abertas brasileiras: uma análise de conteúdo. **IX Congresso Internacional de Custos** – Florianópolis, SC, Brasil – 28 a 30 de novembro de 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BEUREN, I. M (Org.); LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M; SOUSA, M. A. B; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. A. B. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e

prática. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BM&FBOVESPA. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br> >. Acesso em 24 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em 24 de fevereiro de 2010.

BROOKING, A. **Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise**. Boston, Thomson Publishing, 1996. 185 p.

CADDY, Ian, Issues concerning intellectual capital metrics and measurement of intellectual capital. **Singapore Management Review**, v.24, n. 3, p.77-88, 2002

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. São Paulo : Atlas, 1994.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S.. **Capital Intelctual**. São Paulo: Makron Books, 1998.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FLEURY, M. T. L; OLIVEIRA JUNIOR, M. A. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências**. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, G. M.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOURTISEN, J.; BUKH, P. N.; MARR, B. **Perspectives to informing the intellectual capital**. Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

NASCIMENTO, S.; ENSSLIN, S.R.; GALLON, A. V.; HAIDAR, S. **A Gestão do Capital Intelctual em Grandes Empresas Brasileiras**. In: CONTECSI - Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação. 5. 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2008. CD-ROM.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PIACENTINI, N. **Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). 2004. 132 f. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, 2004.

QUINN, J. B. **Intelligent enterprise**. New York: The Free Press, 1992.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTIAGO JÚNIOR, J. R. S.; SANTIAGO, J. R. S. **Capital Intelctual: O grande desafio das organizações**. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

SVEIBY, K.E. **A Nova Riqueza das Organizações: Gerenciando e Avaliando Patrimônios de Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STEWART, T. A. **Capital intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.